

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NO COMÍCIO REALIZADO EM LISBOA NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

16 DE MARÇO DE 1975

Camaradas:

Foi este comício convocado para nele serem apresentados os candidatos do Partido Comunista Português pelo distrito de Lisboa às eleições para a Assembleia Constituinte.

Trata-se, pois, de um acto inserido no processo eleitoral que, por sua vez, se insere no processo de democratização da vida portuguesa e de instauração de um regime democrático, pelo qual o nosso povo lutou heroicamente durante meio século de opressão fascista e que está firmemente disposto a alcançar.

Nós, comunistas, gostaríamos que o caminho para a construção de uma sociedade democrática se percorresse sempre com cravos nas espingardas, sem violência nem perda de vidas. Pela nossa parte tudo faremos para que um tal caminho seja possível. Assim o não pensam, porém, os inimigos do nosso povo, que não se conformam com a existência das liberdades e com a construção tranquila e pacífica pelo povo português de um novo regime democrático e que procuram fazer voltar Portugal ao passado fascista recorrendo a todos os meios sem quaisquer escrúpulos.

Assim, a poucos dias da campanha eleitoral, no dia 11 de Março, a reacção fascista passou ao ataque, tentando pela força das armas instaurar uma nova ditadura.

O golpe falhou graças à solidez e firmeza do MFA e à vigorosa acção popular de norte a sul do País. A aliança Povo-Forças Armadas mostrou uma vez mais ser invencível.

O golpe de 11 de Março

O golpe falhado de 11 de Março está tendo e terá profundas repercussões no curso da revolução democrática portuguesa.

O povo português tem de tirar da tentativa do golpe todas as lições e todas as consequências a fim de dificultar que o mesmo venha a repetir-se.

A análise do 11 de Março tem de tomar como objecto dois aspectos fundamentais e inseparáveis. Um é a própria tentativa de golpe militar. Outro é a sua preparação política.

É absolutamente certo que os conspiradores contavam com elementos e com forças militares que não saíram para a rua. É necessário apurar quem são esses elementos e quais eram essas forças e tomar as medidas necessárias para neutralizá-las, pondo-os em condições de não poderem fazer mal.

Há, entretanto, razão para ter confiança. O fracasso do golpe de 11 de Março constituiu uma séria advertência para a reacção.

Mostrou-se que os sentimentos democráticos nas Forças Armadas são tão profundos, a vigilância é já tão ampla e tão insistente, que quaisquer golpistas, mesmo procurando levar as tropas ao engano, se arriscam a voltar as tropas contra eles próprios. Que não se iludam os reaccionários, supondo que, corrigindo os erros tácticos militares dos conspiradores do 11 de Março, conseguirão melhor resultado. Se voltarem à carga, de novo serão derrotados.

Ora bem, camaradas, ouço gritar para fuzilarem os responsáveis. Aqui parece não estarmos de acordo. Nós estamos de acordo em liquidar politicamente a reacção, mas não estamos de acordo, neste momento, em pedir a instauração da pena de morte em Portugal. O que é necessário é assegurar o castigo severo aos conspiradores, mas não parece que seja caso, neste momento, para os fuzilar.

Não é a pressa nem a violência inútil que resolvem grandes problemas políticos. Devemos a cada momento considerar a situação real que defrontamos, as forças de que dispomos, a necessidade das alianças e, nessa base, ajuizar das nossas decisões com serenidade, tendo em vista o prosseguimento seguro do processo e não pequenas aventuras ou decisões precipitadas que possam prejudicar o avanço em que todos estamos empenhados.

O fracasso do golpe mostrou que há oficiais, sar-

gentos e soldados, fiéis ao MFA e ao Povo português, capazes de fazer frente nas respectivas unidades, a oficiais facciosos, se eles aparecerem. Para esses oficiais, sargentos e soldados, filhos do povo, dignos do povo, no RAL 1 e noutras unidades, vão neste momento as mais calorosas saudações de combate do Partido Comunista Português.

No dia 11 de Março, uma vez mais o povo português se atravessou no caminho da contra-revolução. O povo veio em massa para a rua, os operários pararam as fábricas para cercarem os quartéis em apoio ao MFA, nas vilas, nos campos, logo as massas populares acorreram a ligar-se às Forças Armadas, a isolar os fascistas e a desorganizar ou impedir a sua movimentação. A classe operária, o campesinato, as massas populares, as forças democráticas, mais uma vez mostraram que estão dispostos a bater-se pela liberdade e que estão em condições de cortar o caminho à reacção.

A todos quantos participaram na acção popular contra o golpe e a conjura contra-revolucionária, aqui expresso também as mais fraternais saudações de combate do Partido Comunista Português.

O Presidente da República, o Conselho Superior da Revolução, o Primeiro-Ministro disseram já que os responsáveis pelo golpe serão julgados e condenados. É necessário que isso seja feito e feito depressa. Não se deve repetir o que se passou com o 28 de Setembro.

A ofensiva política contra-revolucionária

A tentativa de golpe militar de 11 de Março não foi um acto isolado, preparado apenas no campo militar.

A conspiração que está por trás do 11 de Março deve ser posta a nu e não encoberta por cortinas de fumo. Rejeitamos a explicação que alguns dão à tentativa de golpe, apresentando-o como um acto de desespero ou de prevenção perante uma suposta ameaça. O general Spínola e seus cúmplices cometeram um acto criminoso. Não são de admitir quaisquer atenuantes.

A tentativa de golpe militar é inseparável da ofensiva política e diplomática contra-revolucionária que se vinha desenvolvendo nos últimos meses. O golpe deveria culminar essa ofensiva com a tomada do poder pelo general Spínola e seus cúmplices já conhecidos e outros ainda desconhecidos. O golpe deveria culminar toda essa amplíssima operação, cuidadosamente planeada, organizada, coordenada, fomentada, desenvolvida e concertada com a violência e a arrogância próprias de quem já se via vencedor.

A monstruosa campanha anticomunista dos últimos meses, a intriga contra o MFA, a intensificação da sabotagem económica, violências e golpes de mão em sindicatos e escolas, os boicotes de congressos e comícios, a multiplicação de manifestações antigovernamentais a pretexto de justas reclamações, a agudização artificial dos conflitos sociais, as tentativas para precipitação sem razões válidas na nova vaga de greves, — constituíram, no seu conjunto, uma grande ofensiva contra-revolucionária, deteriorando a situação política, criando um clima de caos e de insegurança, de que eram responsabilizadas as forças revolucionárias.

O papel dos grupos pseudo-revolucionários neste período (participando em todas as provocações) mostrou mais que nunca que esses grupos se tornaram

um pião do jogo da contra-revolução. Merecem atento exame as atitudes, as posições, as afirmações, as propostas, que certas forças avançavam e que tendiam a um mesmo resultado: pôr em causa o MFA e os seus organismos e militantes mais destacados, pôr em causa a situação democrática, exigir a saída do PCP do Governo Provisório, amadurecer no terreno político as condições justificativas de um golpe de palácio ou um golpe de força da direita.

A provocação reaccionária de Setúbal no dia 7 tem a este respeito particular significado. Muitos aspectos dessa provocação necessitam ainda de ser esclarecidos e é lícito perguntar se não se trataria de um grande detonador de um golpe militar que aparece como salvador das «liberdades» e da «ordem».

Os militares que tentaram o acto de força são responsáveis directos, mas não são mais responsáveis do que aqueles que, no plano político, ajudaram a preparar o golpe e que na pressa de um alibi logo correram a condenar o golpe na hora da derrota!

A investigação dos acontecimentos do dia 11 de Março deverá pôr a nu todo o trama da conspiração. Se o golpe tivesse triunfado, os conspiradores teriam sido implacáveis. Quadros do movimento operário e os «capitães» do 25 de Abril não teriam decerto sido poupados. Não poderá ser passada uma esponja por cima dos culpados.

Não queremos vingança, nem retaliações e, como há pouco disse comentando um «slogan» que os camaradas gritavam neste comício, não somos partidários da instauração da pena de morte e pensamos que a exigência que alguns fazem do fuzilamento dos amotinados não facilitaria a luta contra a reacção e o avanço do processo revolucionário.

O que é essencial é que sejam julgados e severamente condenados. O povo não pede vingança. O povo pede justiça.

A institucionalização do MFA

O fracasso do golpe contra-revolucionário não podia deixar de ter fundas repercussões nas estruturas e actividades do Movimento das Forças Armadas e na composição do Governo Provisório. Se o golpe de 11 de Março tivesse triunfado, um dos seus primeiros objectivos teria sido a liquidação do Movimento das Forças Armadas. Fracassado o golpe, a imediata institucionalização do MFA foi a resposta adequada à nova situação.

O PCP saúda calorosamente a criação do Conselho da Revolução, certo de que ele saberá interpretar as aspirações do Povo Português assegurando o prosseguimento do processo revolucionário.

Saudamos também as primeiras decisões do Conselho Superior da Revolução (a nacionalização da Banca e dos Seguros), medidas históricas que abrem caminho a transformações democráticas essenciais da economia portuguesa em benefício do Povo e do País.

Desde o 25 de Abril as forças reaccionárias e conservadoras puseram sempre como um dos seus objectivos fundamentais a liquidação do MFA, a fim de privarem a revolução portuguesa da sua força militar decisiva.

Ao longo dos 10 meses de liberdade, nem um só minuto pararam as actividades e as conspirações reaccionárias e conservadoras com vistas à liquidação do MFA. Variaram os processos, variaram os esquemas. Logo nos primeiros meses depois do 25 de Abril defenderam alguns que, saneadas as Forças Armadas, o Movimento deixaria de ter razão de ser. Afirmavam

outros que as Forças Armadas estavam de tal forma identificadas com o Movimento que elas eram na sua totalidade o próprio Movimento. Procuraram outros através de um demagógico democratismo dissolver a vanguarda política e revolucionária.

O ensaio de golpe do então primeiro-ministro Palma Carlos, aliado ao general Spínola e ao ministro sem pasta Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, assim como a ofensiva contra-revolucionária do 28 de Setembro (cuja completa história tem um dia de ser feita) foram duas das principais tentativas para liquidar a revolução democrática e entre os seus objectivos imediatos contava-se a dissolução do MFA.

Ainda recentemente, quando alguns defendiam que logo após as eleições o MFA deveria desaparecer e «os militares devem regressar aos quartéis», o que visavam era a liquidação de uma força essencial da revolução portuguesa, a liquidação da própria revolução portuguesa.

Inversamente as forças populares e os sectores revolucionários sempre viram no «movimento dos capitães» do 25 de Abril a melhor garantia do processo democrático. O PCP sempre considerou e continua a considerar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas como factor indispensável, determinante e decisivo para defender e consolidar a liberdade e construir um regime democrático.

Foi esta a posição firme e inabalável do PCP, mesmo nos momentos de risco e perigo para o processo revolucionário. Enquanto alguns se ligavam aos esquemas de liquidação do MFA e da própria democracia e outros esperavam vacilantes em que lado paravam as modas, o PCP tomou sempre a tempo as suas responsabilidades e os seus riscos, em defesa do MFA, por compreender que, nas condições existentes, ao longo destes meses de liberdade como ainda hoje, o fim do MFA seria o princípio do fim da democracia portuguesa.

Toda a querela em torno da institucionalização do MFA foi no fim de contas a luta entre as forças que pretendiam assegurar o prosseguimento da revolução democrática (e nas condições existentes esta só é possível com a continuação do MFA) e as forças que querem entrar o processo, seja reconduzindo o País a uma nova ditadura reaccionária, seja tentando instaurar uma pseudodemocracia ao serviço dos monopólios e latifundiários.

Na continuidade das suas claras posições desde o 25 de Abril, o PCP apoiou a continuação da intervenção do MFA para além das eleições para a Assembleia Constituinte, ou seja, apoiou a institucionalização do MFA.

Este problema está agora resolvido: o MFA continuará para além das eleições. Isto significa que se deu um novo e decisivo passo para o prosseguimento da revolução democrática, para a instauração de um regime democrático que responda aos interesses, aspirações e objectivos do Povo Português.

Como temos insistido, nem o movimento popular e democrático pode sem o MFA construir um regime democrático e realizar as profundas transformações económicas e sociais que a realidade portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

A aliança Povo-Forças Armadas é a base política e a garantia essencial de todo o processo da revolução portuguesa, a garantia essencial para a construção de um regime democrático que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos do Povo Português.

O Governo Provisório

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reaccionárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação tem necessariamente que traduzir-se tanto na composição como na política do Governo Provisório.

Já de há muito, o Governo deixara de corresponder ao avanço do processo revolucionário. Num quadro político nacional em que ganham rapidamente terreno as ideias de transformações económicas e sociais, o Governo sofria de um excessivo peso de tendências conservadoras e legalistas donde resultaram demasiadas hesitações e vacilações e uma certa inoperância.

A modificação do quadro político resultante do 11 de Março não poderá deixar de ter o correspondente reflexo na composição e na política do novo Governo.

A situação aconselha a entrada no Governo de representantes de forças democráticas que, na crise de 11 de Março, deram uma vez mais, em cooperação com outras forças populares e com o MFA, valiosa contribuição à defesa das liberdades contra o golpe da reacção.

Compreendemos razões que possam existir para defender a actual coligação. Mas não se podem ignorar as reservas feitas pelo Povo em relação ao PPD. Nos últimos tempos o PPD, em toda a sua acção política, afastou-se de uma atitude de partido participante num governo democrático de coligação, para se lançar numa campanha e numa propaganda de conteúdo reaccionário e contra as forças democráticas. E parece que isso continua já depois de 11 de Março.

Se por exemplo, se confirma que num comício do PPD realizado nos Açores já depois do 11 de Março, em vez de se pedir o castigo dos conspiradores se grita em coro «morte aos comunistas!» temos o direito de perguntar, que cooperação pode haver com estes senhores. Quer o PPD continuar a cooperar numa coligação democrática contra a reacção, ou prefere ser um porta-voz da reacção contra as forças democráticas? Quer o PPD acompanhar uma nova política económica que vai ter como base a nacionalização da banca e das companhias de seguros ou pretende continuar a entrar uma política antimonopolista e antilatfundista?

Naturalmente que a participação do PPD na coligação, a nosso ver, exige respostas claras a estas perguntas.

Estamos aqui numa grande assembleia de comunistas e de simpatizantes comunistas, que vieram assistir a esta grande reunião promovida pelo Partido Comunista. Esta questão da composição do Governo é uma questão delicada, uma questão que exige um exame sereno e aprofundado, que tem de ter em conta a opinião dos comunistas, certamente, mas também a opinião de outras forças participantes no processo democrático.

Levantando aqui a questão da participação do PPD, ouvimos em vários sectores desta nossa assembleia gritos diversos expressando também opiniões diversas. Mas será talvez preferível esperar um pouco para tomarmos as decisões que a situação aconselha.

Todos sabemos, camaradas, que uma das acusações que nos fazem é que o PCP dá ordens às massas, que lhes impõe como que uma disciplina militar. Mas

afinal vê-se que nós ouvimos as massas e aprendemos com elas. No meu discurso não referi o MDP, mas vós lançastes a palavra de ordem «MDP em lugar do PPD». Se será ou não no lugar do PPD, não estamos nós em condições de afirmá-lo, mas confiamos que o MDP terá no Governo o lugar que a sua actividade plenamente justifica.

No que respeita à composição do Governo, se a questão é de homens a escolher, é também a da política a seguir.

O Governo defronta desde já problemas que necessitam de respostas imediatas e gostaria a este respeito de fazer três observações.

A primeira respeita à **ordem democrática**.

A tolerância, condescendência e apatia ante violências, golpes de mão, violações dos direitos e liberdades dos cidadãos, têm levado à criação de um clima de violência e anarquia, que só pode beneficiar a reacção.

O PCP pronuncia-se firmemente pela exigência a fazer a todos os partidos e organizações políticas (como condição de admissão da sua legalidade) que respeitem a ordem democrática.

O PCP pronuncia-se resolutamente pela tomada de medidas que ponham fim à chantagem e ao gangsterismo político de grupos irresponsáveis e que conduzam ao respeito pela ordem democrática.

Se não há organismos de investigação e forças militarizadas em condições de eficiência, que se proceda à reorganização das existentes, ou se criem outras, mas o povo português na sua vida profissional, escolar e cívica tem o direito de exigir a indispensável segurança.

A segunda observação respeita à **situação económica e financeira**.

Desde o 25 de Abril, os grandes grupos monopolistas tudo têm feito para criar à democracia portuguesa dificuldades económicas insuperáveis.

O grande capital, os grandes senhores da indústria, dos transportes, do comércio e da agricultura, quiseram estrangular a revolução portuguesa numa profunda crise, na desorganização do sistema de crédito, no caos económico e financeiro.

Não o conseguiram e não o conseguirão.

A nacionalização da banca e dos seguros mostra que a revolução portuguesa vai por bom caminho e está decidida a vencer os obstáculos que encontra. Para que a democracia portuguesa viva, o poder dos monopólios e latifundiários tem de ser eliminado e o povo português não abandonará a sua luta até que este objectivo seja alcançado.

É o grande capital, são os latifundiários que estão interessados numa profunda crise económica em Portugal, na desorganização e no caos económico. E são os trabalhadores, são as massas populares, que estão interessadas na reanimação e no desenvolvimento económico.

Isso não se fará sem sacrifícios. Mas os trabalhadores estão dispostos aos sacrifícios, a trabalhar mais se necessário, desde que não seja para os cofres dos capitalistas mas sim para benefício do Povo e do País.

Ante as dificuldades económicas, os trabalhadores e as massas populares exigem que se faça pagar aos ricos as dificuldades económicas que eles próprios criaram. Parece, camaradas, que vamos por esse caminho.

Os grandes capitalistas deixaram de ser os reis de Portugal. A nacionalização da banca e dos seguros é o dobre de finados dos grupos monopolistas. Se Espí-

rito Santo e Melos vão para a prisão sob a acusação de terem cometido grandes fraudes, este facto mostra melhor que muitos outros, que está chegando a hora da liquidação dos grandes privilégios, a hora em que o povo português será o senhor dos destinos de Portugal.

A terceira observação respeita às **relações externas**.

A reacção desenvolve no estrangeiro uma intensa campanha contra a democracia portuguesa, espalhando provocatoriamente que Portugal está tomado por tal ou tal país e que a segurança dos cidadãos estrangeiros e dos seus bens deixaram de estar devidamente protegidos.

É necessário afirmar claramente o contrário e combater com firmeza os elementos que visam provocar dificuldades com países estrangeiros. Os problemas internos são já suficientemente graves para aconselhar a não se procurarem neste momento também novos problemas externos. Advertimos para os perigos de acções irresponsáveis e para a necessidade da grande serenidade e prudência nesta matéria.

Chamamos a atenção para a provocação reaccionária que procura intimidar o povo português lançando uma vaga de boatos alarmistas acerca de uma suposta intervenção estrangeira.

Seja qual for a bandeira que arvoem, por muito esquerdistas e revolucionários que se digam, os boateiros são pelos seus actos, agentes da contra-revolução. É necessário localizá-los, apanhá-los e entregá-los às Forças Armadas.

As eleições

Estamos a menos de um mês das eleições. O tempo já era curto para o muito que havia a fazer até lá no que respeita ao processo eleitoral. Mas mais curto é agora porque a vida política e social está profundamente perturbada pelas incidências e consequências da tentativa de golpe contra-revolucionário e pelas provocações diárias da reacção.

Todas as atenções tiveram de concentrar-se na solução dos problemas imediatos e inadiáveis resultantes do golpe de 11 de Março. O apuramento de responsabilidades, a luta contra a reacção, a institucionalização do MFA, a remodelação do Governo Provisório, a arrumação das forças políticas, medidas políticas e económicas de grande alcance e urgência que exigem concentração de energias e recursos, o exame e eventual revisão da situação de partidos comprometidos com a conspiração, criaram uma situação muito tensa, envolvida em mil e um problemas e muito pouco favorável à campanha eleitoral e ao desenvolvimento em condições de tranquilidade do processo eleitoral.

Entretanto, como está marcada a data, há que ir para diante, há que preparar a campanha e há que assegurar uma grande vitória às forças democráticas, cuja primeira e fundamental expressão será uma grande votação no Partido Comunista Português.

Por isso aqui estamos, a poucos dias do falhado golpe contra-revolucionário, a apresentar candidatos do Partido Comunista, os candidatos do povo.

Sublinhamos entretanto, na continuidade de advertências anteriores, que existem várias situações negativas que, a não serem prontamente rectificadas, irão dificultar, prejudicar e deformar os resultados dos próprias eleições.

Na própria Comissão Eleitoral Nacional, assim como nas mesas das secções eleitorais, corre-se o risco, se não se rectificarem rapidamente os critérios,

de que os trabalhos sejam paralisados ou destruídos por gente interessada em sabotar o processo eleitoral. A nosso ver, não devem ser admitidos em qualquer organismo responsável no processo eleitoral representantes de organizações que fazem apelos abertos ao boicote às eleições.

A reacção batida em 11 de Março voltará à carga, podemos estar certos. Procurará agravar a situação social e política. Procurará fomentar novos conflitos. Procurará utilizar os seus caciques e os velhos aparelhos políticos fascistas para impedir uma situação democrática em largas regiões e assegurar aí o apuramento de votações maciças pela direita reaccionária. Procurará utilizar os grupos esquerdistas irresponsáveis para organizar desordens e provocações. Procurará utilizar o aventureirismo esquerdistas como detonador das reacções de direita.

As forças democráticas, o Povo Português têm de estar extremamente vigilantes, cortar o passo às manobras reaccionárias, assegurar o exercício das liberdades democráticas, assegurar a ordem democrática no período da campanha eleitoral, e nas eleições, de forma que estas sejam dignas do novo Portugal democrático que queremos construir.

As eleições não decidem de tudo. Elas são uma primeira experiência depois de meio século de fascismo. Elas visam eleger uma assembleia à qual cabe elaborar a nova Constituição mas que nada tem a ver com a formação e a política do Governo.

Antes das eleições, será necessário que os partidos democráticos e o MFA se ponham de acordo acerca das grandes linhas da Constituição a elaborar e acerca da política do Governo Provisório até à entrada em vigor da nova Constituição.

Mesmo com estas limitações, as eleições serão uma grande batalha pela democracia.

Apresentando hoje os seus candidatos, o PCP diz aos trabalhadores e ao Povo Português: Votai nos candidatos do PCP! São os candidatos do Povo! O seu objectivo é só um: Servir os interesses do Povo Português, contribuir para a defesa das liberdades, para a consolidação da democracia para a construção de um regime de igualdade e de justiça social.

Votar no PCP será votar pela liberdade contra o regresso ao passado fascista. Votar no PCP será votar pela construção de uma sociedade que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos dos trabalhadores e das massas populares de Portugal.

O Portugal por que lutamos

Quando no 25 de Abril o governo fascista foi derrotado, as aves agoirentas da reacção espalhavam aos quatro ventos que as liberdades não durariam muito tempo e que depressa se voltaria ao passado fascista.

O movimento popular e o Movimento das Forças Armadas, ligados numa aliança que a luta reforça dia a dia, disseram não às forças reaccionárias, defenderam as liberdades, ultrapassaram as manobras de divisão das forças democráticas e das Forças Armadas, derrotaram sucessivas tentativas de golpes reaccionários, e asseguraram o desenvolvimento do processo revolucionário para a construção de um regime democrático no caminho do socialismo.

Hoje, em Portugal, nenhuma força política responsável deixa de inscrever o socialismo entre os seus objectivos. Até sectores da direita reaccionária se dizem partidários do socialismo. Isto não é processo novo, porque como todos nos lembramos, até os mais cruéis e selváticos inimigos do socialismo, os fascistas hitlerianos, se intitulavam nacional-socialis-

tas. Por isso, quando se fala em socialismo é bom saber-se de que socialismo se trata.

O PCP tem afirmado que se devem ter em conta as experiências de outros povos e se deve aprender com elas. E tem afirmado também que a revolução portuguesa, defrontando uma situação original, tem de encontrar soluções originais.

A tarefa fundamental para os tempos imediatos é a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

Todos sabemos as calúnias que são lançadas contra o Partido Comunista e as deformações grosseiras que se fazem da sua política. É por isso necessário, neste preciso momento, uma vez mais insistirmos nos traços gerais desse Portugal democrático a caminho do socialismo, que nós os comunistas nos propomos construir, ombro com ombro com as outras forças democráticas e progressistas.

Lutamos por um Portugal em que se coincidam duas realidades fundamentais:

A primeira é a existência de amplas liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e a liberdade de constituição e actividade dos partidos políticos.

Temos insistido e continuamos a insistir que deve ser reconhecido o direito ao exercício das mais amplas liberdades àqueles que queiram respeitá-las e defendê-las.

A segunda realidade do Portugal democrático no caminho do socialismo é a realização de profundas reformas económicas e sociais.

É a construção de um novo Estado democrático — com forças armadas, polícia, tribunais, funcionalismo, ao serviço do povo e da pátria.

É a nacionalização de sectores fundamentais da economia nacional com respeito pelas pequenas e médias empresas, e a industrialização e o desenvolvimento económico em benefício das amplas massas trabalhadoras e da efectiva independência de Portugal.

É a Reforma Agrária, que assegura o desenvolvimento da agricultura, o desafogo das pequenas e médias explorações associadas em cooperativas, o melhoramento radical das condições de vida da população trabalhadora dos campos.

É a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, com o direito ao trabalho, à aplicação efectiva do princípio «a trabalho igual salário igual», o aumento dos salários reais e o alargamento dos benefícios sociais.

É o acesso à instrução e à cultura das massas populares.

É uma real política de independência nacional, com a prática de uma política de paz e amizade com todos os povos, com a progressiva libertação de Portugal da dominação económica externa sem diminuição de importações de capital e com o prosseguimento da descolonização até à completa independência dos povos que estiverem submetidos ao colonialismo português, e que hoje estão fraternalmente unidos ao povo português na construção, nos respectivos países, de uma sociedade mais justa.

Em resumo: um Portugal democrático, independente e pacífico, construindo uma melhor vida para o seu povo e libertando-se, passo a passo, da exploração do homem pelo homem.

Tal é o Portugal por que lutamos. Tal é o Portugal que queremos construir e que, se o povo quiser, construiremos.

Uma política de unidade

Esta nova sociedade portuguesa responde aos interesses da classe operária, do compesinato, de todas as massas trabalhadoras, dos intelectuais, dos estudantes, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, arruinados pelo capitalismo monopolista.

Todos podem ter lugar e devem ter lugar no Portugal democrático de amanhã.

Não há em Portugal nenhuma força social ou política que possa, ela só, defender as liberdades contra a reacção e assegurar a construção do novo Portugal democrático.

Divisões entre forças democráticas e populares só à reacção podem aproveitar. O PCP continua a pronunciar-se firmemente por uma política de unidade de todas as forças que querem lutar por um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A unidade da classe operária incluindo a unidade sindical, a unidade dos pequenos e médios agricultores nas suas Ligas e Cooperativas, a unidade da juventude incluindo no movimento estudantil, a unidade dos partidos democráticos, assim como a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, constituem factores essenciais para o triunfo final da causa da democracia.

O PCP tudo fará para contribuir para o reforço da unidade das forças populares democráticas e para o reforço da sua aliança com o MFA. Os encontros realizados nos últimos dias entre delegações do PCP e delegações de outros partidos, incluindo o PS, confirmaram a necessidade e a possibilidade de reforçar a cooperação com vista à realização das tarefas que o povo português tem por diante. Apesar de divergências e dificuldades, os interesses do povo português, da democracia e da independência de Portugal exigem que se encontre um caminho comum e se desenvolva uma acção comum.

Um regime democrático e uma sociedade democrática caminhando para o socialismo está ao nosso alcance.

Depende do povo, depende das forças democráticas, depende da luta política diária contra as forças reaccionárias e conservadoras, depende do trabalho criador e esforçado para a reanimação económica e o desenvolvimento económico, depende da nossa capacidade para nos unirmos na luta exaltante, pelo futuro, que esse regime e essa sociedade sejam vitoriosamente construídos.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz e de progresso social, partido caldeado e provado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhando para o socialismo.

Viva a unidade da classe operária e do povo trabalhador de Portugal!

Viva a unidade das forças democráticas!

Viva a aliança do Povo com as Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

ABM